

História da Psicologia e Produção de Conhecimento

Francisco Teixeira Portugal¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: A produção de conhecimento relacionada ao periódico *Psicologia: Ciência e Profissão* envolve aspectos históricos e institucionais de grande complexidade. O texto historiciza a produção editorial seriada em psicologia em formato acadêmico, tematiza ordenamentos institucionais acadêmicos e editoriais em curso e recorre a artigos comemorativos do periódico para expor percursos e orientações adotadas. A variedade da experiência editorial do início de sua existência cede diante de forças acadêmicas, principalmente da consolidação da Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais nas universidades como local historicamente privilegiado de produção de conhecimento regulada pelos processos massivos e minuciosos de avaliação e fomento implantados no país. A estabilização do formato acadêmico como padrão para a publicação, as forças indutoras tanto da pesquisa acadêmica quanto de sua circulação em periódicos e o elaborado conjunto de procedimentos demandados pelo cenário editorial contemporâneo exigem o debate permanente sobre a participação do Conselho Federal de Psicologia na produção de conhecimento e sobre os efeitos do periódico nas práticas profissionais.

Palavras-chave: Conselho Federal de Psicologia, História da Psicologia, Produção de Conhecimento.

History of Psychology and Knowledge Production

Abstract: The production of knowledge related to the journal *Psicologia: Ciência e Profissão* (Psychology: Science and Profession) involves greatly complex historical and institutional aspects. This study historicizes this academic serialized editorial production in psychology, addresses ongoing academic and editorial institutional arrangements, and draws on commemorative articles to show the paths and orientations the journal has adopted. The variety of the editorial experience from its early existence gives way to academic forces, especially the consolidation of graduate studies in human and social sciences in universities as historically privileged sites for knowledge production, regulated by massive and meticulous evaluation and funding processes implemented in Brazil. The stabilization of the academic format as a standard for publication, the driving forces of both academic research and its dissemination in journals, and the elaborate set of procedures the contemporary editorial landscape demands require ongoing debate about the participation of the Federal Council of Psychology in knowledge production and on the effects of the journal on professional practices.

Keywords: Federal Council of Psychology, History of Psychology, Knowledge Production.

Historia de la Psicología y Producción de Conocimiento

Resumen: La producción de conocimiento proporcionada con la revista *Psicología: Ciência e Profissão* involucra aspectos históricos e institucionales de gran complejidad. Este texto historiza la producción editorial seriada en psicología en formato académico, aborda ordenamientos institucionales académicos y editoriales en curso, además de exponer los caminos y orientaciones adoptadas mediante los artículos conmemorativos de la revista. La variedad de la experiencia editorial desde sus inicios cede ante las fuerzas académicas, principalmente la consolidación de los estudios de posgrado en Ciencias Humanas y Sociales en las universidades como lugar históricamente privilegiado para la producción de conocimiento, regulada por los procesos masivos y minuciosos de evaluación y financiamiento implementados en el país. La estabilización del formato académico como estándar para la publicación, las fuerzas impulsoras tanto de la investigación académica como de su circulación en revistas y el conjunto elaborado de procedimientos exigidos por el panorama editorial contemporáneo requieren un debate permanente sobre la participación del Consejo Federal de Psicología en la producción de conocimiento y sobre los efectos de la revista en la práctica profesional.

Palabras clave: Consejo Federal de Psicología, Historia de la Psicología, Producción de Conocimiento.

Em 2022 foram comemorados 60 anos da regulamentação da profissão de Psicologia no Brasil, em 2023 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) completou 50 anos e em 2019 foram homenageados os 40 anos da criação do periódico *Psicologia: Ciência e Profissão* (PCP). Esses três acontecimentos se destacam entre as datas comemoradas pelo CFP ao longo desses 60 anos de regulamentação da profissão.

O periódico *Psicologia: Ciência e Profissão*, que completa 45 anos em 2024, tem se destacado entre as publicações de formato acadêmico em Psicologia no Brasil. É uma publicação do CFP que veicula artigos rigorosamente selecionados, e que se insere no processo editorial de publicações seriadas acadêmicas de modo qualificado e acompanhando a gradativa complexificação dos processos editoriais acadêmicos no mundo.

Na história das publicações seriadas de psicologia em formato acadêmico há publicações cujo início está situado no século XIX, e há publicações seriadas com alcance relevante produzidas em outros formatos. No primeiro grupo encontramos o britânico *Mind*, iniciado por Alexander Bain e George Croom Robertson em 1876, o alemão *Philosophische Studien*, fundado por Wilhelm Wundt em 1883, o francês *Annales Médico-Psychologiques*, fundado por Jules Baillarger (1809-1890), Laurent Cerise (1807-1869)

e François-Achille Longet (1811-1871) em 1843, e o estadunidense *The American Journal of Psychology*, instituído por Granville Stanley Hall em 1887. Tais publicações colocam em debate a própria caracterização da Psicologia como saber acadêmico com algum grau de autonomia, isto é, levanta questões históricas sobre a constituição da Psicologia como campo acadêmico com fronteiras bem definidas (Nicolas et al., 2000; Green & Feinerer, 2015), o que produz variação de datas conforme o periódico seja considerado de Psicologia, e não de Filosofia ou de Medicina.

No segundo grupo há, no Brasil, a revista *Rádice*, que circulou entre 1976 e 1981 para venda em bancas de jornal, principalmente na cidade do Rio de Janeiro (Santos & Jacó-Vilela, 2005). De um a outro grupo há uma intensa história de institucionalização da Psicologia. De seus ensaios tateantes no século XIX no Ocidente à afirmação de efeito de Rose (2008), de que “o século XX foi certamente o século da psicologia”, temos um longo e rico percurso que aponta não apenas para a Psicologia tal como tem sido produzida nas universidades nesses últimos séculos, mas também seus outros investimentos no campo social em suas variadas formas e práticas.

Se o surgimento das universidades na Europa já ocorreu há aproximadamente 1 milênio, as primeiras universidades do Brasil comemoraram há pouco seu

primeiro centenário, e os primeiros cursos universitários de Psicologia foram estabelecidos no país na década de 1950. De certo modo o reconhecimento da profissão de Psicologia no Brasil em 1962 foi contemporâneo à própria criação de cursos de graduação em Psicologia. A institucionalização do saber e de suas práticas psi no Brasil tem sido historiadas, na maior parte das vezes, desde o século XIX, mas, assim como o século XX foi o século da Psicologia, como afirmou Rose, a intensidade da produção e atuação em Psicologia no Brasil ganhou relevo na segunda metade desse mesmo período.

A PCP surgiu no Brasil em 1979 – mais de um século após as revistas indicadas anteriormente – como periódico do Conselho Federal de Psicologia (CFP). O CFP constitui uma autarquia para regulação profissional, instituição distinta, portanto, da universidade, local historicamente privilegiado de produção de conhecimento científico para circulação de textos em periódicos, e o Conselho deriva, em parte, da universidade na medida em que são as universidades as organizações responsáveis por formar e conceder o título de graduação em Psicologia. É preciso considerar, além do CFP, a criação de periódicos de alcance acadêmico em Psicologia emanados de associações de Psicologia (ou associações psi, para usar um termo englobante), como a *Psicologia & Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), o *Boletim da Academia Paulista de Psicologia, Psicologia Escolar e Educacional*, da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), e a *Revista Brasileira de Psicodrama*, da Federação Brasileira de Psicodrama (Febrap), entre outras. Embora tal variedade institucional tenha papel na estruturação dos periódicos, o formato acadêmico de produção de publicações seriadas tem constituído força fortemente padronizadora nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil desde a década de 1990, relacionada ao estabelecimento de um sistema de pós-graduação e, com ele, um sistema de avaliação e fomento da pesquisa.

Além da questão das distintas proveniências institucionais das publicações, a PCP surgiu em um período de ampliação rápida do número de periódicos acadêmicos de Psicologia no Brasil. Desde as publicações inaugurais (e ativas) em Psicologia iniciadas em 1949 – *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* (atual *Arquivos Brasileiros de Psicologia*), da Fundação

Getúlio Vargas (o periódico foi transferido para o Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro a partir de 1992), e o *Boletim da Academia Paulista de Psicologia* –, 53 periódicos acadêmicos sediados no Brasil estão cadastrados no Qualis Periódicos 2022 da Capes contendo o signo “Psicologia” no título. A SciELO conta com 13 periódicos de Psicologia de um total de 319 periódicos ativos em diversas as áreas do conhecimento, e há, no PePsic, 114 periódicos de psicologia listados, 91 deles ativos. Dos 107 periódicos de psicologia indexados no Redalyc (Rede de revistas científicas de Acesso Aberto diamante), 33 estão sediados no Brasil (21 na Espanha, 13 na Colômbia, 10 no México¹). Tal crescimento ocorreu principalmente a partir da década de 1980. Entre os periódicos de psicologia presentes na SciELO, somente a PCP foi criada no final da década de 1970, cinco periódicos foram criados ao longo da década de 1980 e sete periódicos na década de 1990. Ou seja, no campo da Psicologia não há periódico anterior a 1979 indexado à SciELO, diferentemente do PePsic e da Redalyc, que contribuem para a circulação de um conjunto mais extenso de artigos qualificados.

A ampliação das publicações seriadas de modelo acadêmico constitui um aspecto de uma propagação mais geral da Psicologia no país. O estabelecimento dos primeiros cursos universitários em Psicologia nos anos 1950, a regulamentação da profissão e a criação do conselho profissional, o aumento dos cursos superiores, o crescimento constante do número de profissionais, a implantação de um sistema de pós-graduação espalhado por todo o país, de publicações na forma de livros (além das seriadas) e de eventos científicos constituem evidências de um saber e de práticas acadêmico-profissionais que se expandem e se sedimentam, e que fazem do Brasil o país com o maior número de profissionais de Psicologia no planeta, e com uma produção destacada. Tal cenário difere imensamente da situação da Psicologia no país na primeira metade do século XX.

Há, portanto, histórias complexas e ricas envolvendo a institucionalização da Psicologia e de seus periódicos, mas tem sido, frequente nessas datas comemorativas, ver na ampliação da presença da Psicologia no campo social o sinal de algo positivo, uma compulsão à celebração que passa por argumentos questionadores dos saberes e práticas psi.

¹ Disponível em: <https://www.redalyc.org/area.oa?id=15&tipo=coleccion>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Uma celebração analítica, que visibiliza forças variadas presentes nos muitos processos relacionados à PCP, contribui para visibilização dos processos históricos da Psicologia de forma mais rica do que o recorrente modelo “triumfante e celebratório”.

O editorial do número especial da PCP de 2022, alusivo aos 60 anos da regulamentação da profissão de Psicologia no Brasil, resume as intensas transformações ocorridas na Psicologia como saber e como profissão desde sua regulamentação. Foi ali indicado o envolvimento gradativamente mais intenso “na defesa de direitos humanos, na luta contra opressões étnico-raciais, de gênero e de classe, assim como na garantia de direitos sociais” (Comissão Editorial, 2022, p. 1) e a “atuação nos espaços das políticas públicas, especialmente da saúde, assistência social, mobilidade humana, cultura, educação e segurança”. Nesses 60 anos de regulamentação, a participação da Psicologia nas dinâmicas sociais mudou de uma profissão centrada na categoria sujeito e na dinâmica liberal e operando de modo disciplinarizante e normalizante para a elaboração de práticas psicológicas variadas em consonância com processos democráticos (Comissão Editorial, 2022).

A diversidade das práticas psicológicas tem sido reiterada como diretriz do CFP e orientação da PCP, e tem sido fomentada em seus aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos. O CFP, nesse aspecto, acompanha e regula as práticas profissionais reconhecidas e instituídas nas universidades. Como há variedade, já longamente debatida, de perspectivas teóricas e práticas em Psicologia na história da área e nos cursos de formação acadêmica, cabe ao CFP, mesmo com as variações políticas das chapas escolhidas para coordenação da autarquia, garantir tal diversidade e regular as reconhecidas em cursos universitários. Nesse sentido, a propósito da “diversidade na produção de conhecimento em psicologia”, o editorial da PCP observa que um dos objetivos do periódico, como órgão do CFP, consiste em “atender o maior número das demandas de nosso campo de conhecimento” (Guareschi, 2017, p. 847). A diversidade da Psicologia sinalizaria a consolidação desse campo de conhecimento e dos investimentos de suas práticas no campo social. Ver, entretanto, a diversificação da Psicologia como sinal da consolidação do saber não constitui em si motivo de comemoração: seria

necessária uma análise dos efeitos de poder aí envolvidos e de seus modos de investimento no campo social. Como as diferentes perspectivas teóricas, suas variadas práticas, sua diversidade metodológica e seus requerimentos epistemológicos atuam, como saber acadêmico, nos diferentes registros da vida?

Não se trata aqui de refazer um debate dessa natureza, bastante recorrente nas análises histórico-epistemológicas da Psicologia (e bastante ignorados também); não se trata tampouco de reconsiderar os modos de produção e circulação do conhecimento da Psicologia no campo social, mas pensar como os periódicos têm hoje legitimado e feito circular conhecimentos produzidos no campo psi. Resta considerar se a ampliação de Psicologia, mesmo em seus contornos acadêmico-científicos, constituiria um bem em si mesmo, como se devêssemos agir corporativamente na medida em que formamos um conjunto de profissionais de Psicologia apesar de muitos de seus efeitos continuarem a ter a feição normalizadora e disciplinar atribuída a seu passado. Se, nessa análise, considerássemos os arranjos biopolíticos em curso, o conjunto de práticas psi a problematizar e o modo da problematização constituiria um conjunto ainda maior.

Que critérios, que procedimentos são realizados para que artigos sejam recebidos, aceitos ou recusados, e como tem circulado entre os leitores? Essa questão, bastante ampla, pode ser encaminhada ao examinar esse periódico relacionando a análise a procedimentos mais gerais envolvendo os modos de funcionamento do processo editorial das publicações seriadas, o CFP e as universidades.

A missão atual da PCP visa “contribuir para a difusão do conhecimento científico em Psicologia, de forma a subsidiar atividades de ensino, processos de intervenção profissional e novos avanços na produção do conhecimento científico socialmente relevante em suas diferentes áreas”². A diversidade está aqui codificada pelas determinações próprias ao conhecimento científico e acadêmico em Psicologia e áreas historicamente conexas.

Analisar os processos de circulação de periódicos constitui, sabemos, apenas uma parte dos processos de circulação do conhecimento e, simultaneamente, de produção e manutenção de conhecimentos e práticas psicológicas. Os condicionamentos institucionais da entidade profissional, o CFP, e da formação e

² Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

pesquisa acadêmicas, as universidades, relacionados aos efeitos de poder e dominação presentes na Psicologia, estão tematizados em diversos artigos do periódico. O que aponto aqui são como esses condicionamentos editoriais orientam a produção bibliográfica.

Se na variedade das práticas psicológicas podemos acompanhar a constatação, anunciada no editorial (2022), do “giro político”, indicando a emergência de tensionamentos e problematizações relacionadas a demandas sociais variadas que mobilizaram a profissão a operar deslocamentos políticos, técnicos, teóricos-epistemológicos e metodológicos conectados ao viver democrático e às lutas contra violências e opressões, cabe analisar como o periódico tem realizado tal função. Em geral, pensamos em primeiro lugar no plano da divulgação de tal variedade, e refletir sobre as conformações editoriais amplia as possibilidades de inserção social do periódico. Há, nessas derivas da história do CFP nas últimas décadas, da profissão e do saber psicológico, uma atenção sobre os modos de exercício da Psicologia em que a dimensão de seus efeitos de poder tem contribuído para a permanente análise de si.

Entre as derivas do CFP, a condução política do CFP do “compromisso social” surgiu das problematizações do modo de funcionamento da Psicologia no Brasil, ainda profundamente ancorada nas perspectivas individualistas, experimentalistas e referenciadas naquilo que foi chamado Psicologia Hegemônica nos EUA até a década de 1980. Diversas perspectivas correntes nas formações e práticas profissionais de Psicologia se engajaram nessa crítica, e a categoria “psicologia crítica”, grosso modo, resume tal variedade. A permanência de perspectivas individualistas renovadas em seus fundamentos e a ênfase em processos de legitimação experimental não deve ser questionada pelo CFP, e diz respeito às derivas acadêmicas e aos processos de legitimação social. Nesse sentido, a variedade dos 856 artigos publicados pela PCP entre 2006 e 2018, mapeada por Guareschi, Galeano e Bicalho (2020) evidencia a independência do processo editorial, que se vale de procedimentos editoriais cuja qualidade das submissões são avaliadas por critérios acadêmicos.

As produções que a PCP tem sobre si

O periódico iniciou suas atividades em 1979, evocando os 100 anos da criação do laboratório de Psicologia na Universidade de Leipzig, coordenado

por Wilhelm Wundt (1832-1920) (Rodrigues, 1979). A eleição desse momento original reverbera a concepção difundida pela produção em psicologia nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, que disseminou a ideia de um surgimento inaugural da Psicologia por ocasião do estabelecimento de um laboratório em uma universidade relevante no cenário acadêmico alemão. Tal ideia, acrescida da valoração dos procedimentos experimentais como procedimentos da ciência e do individualismo por excelência, o que afasta, do ponto de vista institucional, a Psicologia da Sociologia, e valoriza o indivíduo como unidade de análise. Não se trata, evidentemente, de saber da relevância de Wundt e do laboratório de Leipzig para a Psicologia, mas da leitura estabelecida por Boring e reproduzida em diversas histórias da psicologia e comemorada na própria inauguração do periódico pelo conselheiro Antonio Rodrigues Soares (1979) com a atribuição dos “primeiros passos a Psicologia Científica”.

Tal atribuição ganhou consistência apenas *a posteriori*, e foi elaborada no período de estabelecimento de departamentos de psicologia em universidade dos Estados Unidos, em que o duplo apelo por um suporte científico, baseado no método experimental, legitimaria a Psicologia e a diferenciaria de um passado filosófico (Herman, 1995). A instituição de práticas psicológicas, a produção de um acervo de conhecimentos mais ou menos reconhecidos como Psicologia e o processo de regularização de práticas psicológicas dispersas constituem, no próprio espriamento desse saber, atos inaugurais. Nesse caso, a escolha do laboratório de Leipzig, coordenado por Wundt, tratou-se de eleição da valorização da história experimental da Psicologia difundida por Edward Boring (1929) no próprio esforço de legitimação de procedimentos experimentais tributários da leitura epistemológica então vigorosa, de caráter positivista.

Tal ato inaugural do periódico não deriva exclusivamente da perspectiva histórica que dissemina concepção experimentalista da Psicologia, mas também indica considerações frágeis do ponto de vista do exercício histórico e epistemológico. Se Boring propôs esse ato inaugural da Psicologia no esforço histórico-conceitual pela delimitação de fronteiras entre Psicologia, Sociologia, Filosofia a partir do esforço organizacional de criação de departamentos de Psicologia, qual foi o esforço presente na criação do periódico pelo CFP no Brasil?

Uma análise histórica minuciosa do periódico surge com o balanço dos 25 anos da revista *Psicologia. Ciência e Profissão* em 2005 (Campos & Bernardes, 2005), apontando o inquestionável papel do Conselho Federal de Psicologia no “amadurecimento” da Psicologia como ciência e profissão no Brasil. Ao periódico confere-se relevância no processo de “identificação positiva com a profissão”, na ampliação das referências teóricas e na produção e circulação de conhecimento em formato gradativamente mais acadêmico. O periódico assume, nesse quartel de século, um padrão editorial de periódico científico implantado pela comunidade acadêmica internacional (Campos & Bernardes, 2005). Além disso, o CFP assume protagonismo na valorização da profissão, tendo como referência o compromisso social, o que amplia a atuação elitista da Psicologia nas décadas de 1970 e 1980 para práticas que não se restringem em alcançar um público mais amplo, mas que provém, investe e fortalece práticas de interesse popular (Campos & Bernardes, 2005).

A implantação de uma instituição como um periódico é propícia a transformações, e os 25 anos iniciais da PCP – que acompanhou por uma diferença de pouco mais de 5 anos a própria implementação do CFP – puderam ser divididos no artigo em quatro conjuntos diferenciais em seu modo de funcionamento, períodos segmentados cronologicamente nos intervalos 1979-1983, 1984-1991, 1992-1996 e 1997-2004 (Campos & Bernardes, 2005). A análise ali realizada atribui amadurecimento, reafirmado por Gomes e Gauer (2010) poucos anos depois, e enfatiza o formato editorial acadêmico como horizonte para a PCP. Nos dois casos resta saber quais os efeitos próprios a esse amadurecimento e as consequências da eleição do formato acadêmico para a PCP.

Diversos processos presentes no periódico nesse período foram mapeados, indicando desde as tentativas de estabelecer uma orientação editorial pelo CFP, passando pela determinação de veicular a diversidade de temas e de modos de produzir o conhecimento próprios à Psicologia, à ampla tolerância epistemológica derivada da aceitação de teorias e práticas irreduzíveis a uma cientificidade comum e a valorização da Psicologia envolvida com problemas que afetam amplas camadas da população. De modo geral, a análise enfatiza a história da ciência psicológica e da profissão relacionada nesse período com preocupações sociais e aceitação da diversidade de pontos de vista

e inclusão dos excluídos ao longo do período. E, já no formato de periódico acadêmico, com padrões correntes em indexadores tanto de acesso aberto como comerciais, o periódico funcionou privilegiando a divulgação de trabalhos de pesquisa considerados de “primeira linha”, visando à construção de um periódico de referência na área, associada à busca de relevância social (Campos & Bernardes, 2005).

Tal processo editorial foi analisado aprofundadamente por Guareschi e colaboradores (2020) por ocasião dos 40 anos da PCP. A análise expôs um mapeamento da produção do periódico entre 2006 e 2018, cujo modo de funcionamento é muito mais homogêneo se comparado ao período anterior, tendo em vista que o formato acadêmico já estava consolidado. Se os primeiros 25 anos do periódico puderam ser divididos em quatro diferentes modos de funcionamento, os 15 anos que se seguiram foram analisados em bloco, sob o mesmo formato rigorosamente acadêmico e de elevada avaliação que o periódico assumiu.

Nesse sentido, o periódico, que se insere no conjunto de publicações orientadas rigorosamente pelo complexo processo editorial próprio às editorias acadêmicas e adere às cada vez mais elaboradas e exigentes demandas colocadas pelas associações de pesquisadores, pelos indexadores e pelas plataformas editoriais comerciais, uniformiza-se sob a orientação demandada por esses procedimentos.

O neoliberalismo opera privilegiadamente sobre a regulação dos procedimentos, e não diretamente sobre os conteúdos. Desse modo, a implantação de uma economia dos processos editoriais regula eficientemente o que é produzido e divulgado, muito mais do que uma atuação sobre os conteúdos, agindo sobre o que é aceitável no registro dos procedimentos. A diversidade – diferente da multiplicidade –, amplamente constatada (Campos & Bernardes, 2005; Guareschi, 2017) e valorizada, apresenta um aspecto a ser analisado quanto a seus efeitos, que nem sempre são merecedores de celebração. Ocorre, no âmbito acadêmico editorial, um funcionamento de difícil regulação democrática, caracterizado pela incapacidade de conter avanços antidemocráticos. Em outras palavras, e buscando maior precisão, em nome da diferença garante-se a reprodução de textos que não garantem a diferença como diferença, antes transforma-a em hierarquia, patologia, algo a ser excluído.

A regulação editorial “de primeira linha”, que se torna gradativamente mais complexa atingindo e

regulando na forma da hierarquia os de segunda linha, de terceira linha, até aqueles que não podem ser numerados (o Qualis Periódicos da Capes criou uma categoria para os periódicos de difícil classificação na série hierárquica proposta). Tal regulação editorial custosa estabelece uma hierarquia na produção de conhecimento que, aliada a projetos governamentais de fomento, operam processos de regulação de uso da verba pública e constituem subjetivações acadêmicas impositivas e excludentes. Chamo atenção para esse aspecto porque o PCP, sendo um periódico de formato acadêmico mas voltado para o conjunto dos profissionais de Psicologia, carrega consigo a demanda de participação dessa comunidade profissional que não atua diretamente nas universidades. A reiterada evocação do sistema Conselho de participação da comunidade profissional, para além do predomínio dos profissionais que atuam nas universidades, evidenciada em eventos como Mostras de Práticas em Psicologia e o Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, não se reproduz no periódico. Convém alertar que o valor e a qualidade do periódico não estão, aqui, em questão.

A complexificação do processo editorial de periódicos acadêmicos chama a atenção. Estamos longe dos procedimentos editoriais vigentes na década de 1980, em que se recebia submissões impressas por um grupo profissional menos numeroso, e em que a variedade das tramitações editoriais de diferentes periódicos era grande e não era objeto de avaliação sistematizada. A migração dos periódicos acadêmicos para a internet, os modos de acesso e circulação próprios a essa rede, a criação de aplicativos de tramitação editorial, como o *open journal systems* (OJS) (da internet aberta), e os produzidos por empresas editoras, a adesão massiva de periódicos de Psicologia no Brasil ao OJS, o crescimento de indexadores e plataformas editoriais, o impacto da privatização da formação universitária e da ampliação do modo de operação que visa o lucro sobre editoras, as consequentes transformações nos produtos acadêmicos, tomados como produtos de valor comercial e bens de consumo, a criação de associações de editores, de acordos coletivos entre pesquisadoras(es) em relação ao modo de produção e divulgação de seus trabalhos: todo esse complexo de mudanças ocorridas nas últimas três décadas, aliado aos processos de indução da pós-graduação sobre os periódicos acadêmicos

e sobre as(os) pesquisadoras(es), operaram novos controles sobre os conteúdos produzidos.

Em vez de um grande sonho anárquico de produção criativa e trocas acadêmicas livres possibilitadas por essas comunicações na rede, houve, em aparente contrassenso, o recrudescimento de práticas de publicação hierarquizantes e que se justificam na medida em que garantem uma curiosa qualidade, que vem sendo capitalizada pelas grandes editoras comerciais, que tornam o custo financeiro para publicação e para acesso aos periódicos muito altos. Outros custos estão envolvidos: os periódicos devem solicitar a autoras(es) a garantia de submeter o texto a apenas um periódico por vez, deve-se valer de aplicativos que garantam que não foi realizado plágio, há debates sobre autoplágio, há rigor no cumprimento das regras de submissão, da obediência estrita ao modelo de referências utilizado, no tamanho do texto, nos modos de citação. Um conjunto exaustivo de regras que orbitam perpetuamente o argumento do texto sem atingi-lo diretamente, e cuja avaliação de suas propostas está geralmente limitada aos pareceres solicitados e à avaliação da(o) editora(or), e mesmo essa avaliação, que mereceria um debate, é padronizada em aspectos que engessam o texto e tem na desidentificação um apoio à lisura da avaliação.

A quantidade de exigências feitas a um periódico para participação em um indexador, mesmo quando ele é inclusivo e de acesso aberto, é grande. Ocorre como uma duplicação das exigências de seleção de submissões aos periódicos por parte de autoras(es), com a submissão de periódicos aos indexadores por parte das editoras(es). Acrescente-se a dinâmica comercial e hierarquizante, e o processo se torna mais exclusivo e excludente.

Tal sofisticação técnica na produção editorial tem exigido grande investimento financeiro, e a manutenção desses processos tendem atualmente a serem transferidos para as autoras(es). Nesse aspecto, a PCP tem garantido o acesso aberto diamante, e o CFP tem contribuído decisivamente para manutenção dos periódicos de Psicologia no Brasil por meio do apoio ao PePsic.

As transformações dos periódicos acadêmicos e os modos de construção de conhecimento em Psicologia no país estão indissociavelmente relacionados ao processo de implantação do sistema de pós-graduação em Psicologia no Brasil, em especial o processo de avaliação efetivado pela Capes, que tem

induzido orientações gerais, entre elas a ampliação da produção escrita de pesquisadoras(es) em periódicos e a padronização de periódicos no formato editorial hoje majoritário. Variações nessa indução podem ser comentadas e avaliadas com ênfase em indexadores, debates em torno do fator de impacto e na bibliometria, ou debates relacionados aos modos de funcionamento da internet livre e à atuação dos enormes conglomerados comerciais que têm atuado na produção acadêmica, como editoras e universidades privadas, e processos de privatização da verba pública para educação e pesquisa.

A atividade editorial foi profundamente afetada ou induzida pelo sistema de avaliação da pós-graduação e pelo Qualis-Capes. Houve todo tipo de indução: número de artigos publicados, quantificação dessa produção, número de produção discente, indexadores etc. Trata-se de uma economia editorial em que a avaliação é o código organizador. Nada se fala diretamente da qualidade dos artigos, mas toma-se precauções extremas para garantir a validade das avaliações, assim preocupa-se severamente com o plágio, com quem escreveu que parte do artigo, etc., mas a qualidade se resume à avaliação por pares, uma medida indireta. Endogenia, publicação internacional, participantes internacionais, e questões que dizem respeito a interesses comerciais e de manutenção de hegemonia acadêmica. É preciso pensar também meu lugar como autor e o lugar do número especial no sistema de avaliação e o que se pode dizer em decorrência disso.

Considerações finais

As questões aqui levantadas compõem um cenário problemático. A despeito do valor, da alta qualidade, do rigor acadêmico da produção veiculada pelo periódico *Psicologia: Ciência e Profissão* nesses 45 anos de existência e da gradativa qualificação e participação no cenário editorial mais amplo, em acentuada transformação nas últimas três décadas,

é preciso considerar a questão editorial em Psicologia na conjugação com o formato acadêmico, mas também com a participação da categoria profissional.

O PCP figura entre os periódicos mais bem avaliados no país: seus processos editoriais são de alta qualidade, ele está incluído em indexadores relevantes, recebe, seleciona criteriosamente e publica a variedade da produção acadêmica em Psicologia em padrão acadêmico e, nesse sentido, cumpre sua missão.

As demandas dos processos editoriais de publicações seriadas se transformam intensamente e exigem permanente atenção e cuidado por parte da comunidade acadêmica brasileira e seu entorno. Grande parte desse trabalho editorial atende a interesses das grandes empresas dos mercados editorial e acadêmico sediadas na Europa e nos Estados Unidos e aplica critérios de hierarquização que sobrecodificam a produção de conhecimento e as beneficiam tanto na capitalização financeira quanto na subjetiva. O fortalecimento de um sistema editorial com alto grau de autonomia em relação a esse quadro empresarial acadêmico que esteja conectado às características próprias de nosso território em defesa de processos que combatam todo tipo de capitalização e valorize a vida viva constitui um pequeno passo de nossa comunidade.

A participação direta do CFP na publicação da PCP é consonante com a preocupação do Conselho com o PePsic e demonstra uma orientação política de grande alcance com a profissão. Na hierarquização atualmente em curso das publicações seriadas, a possibilidade de publicar trabalhos na diversidade das práticas em Psicologia no Brasil nos periódicos ativos no PePsic compõe, com a PCP e com os periódicos que figuram nos estratos mais altas no Qualis Periódicos da Capes, um conjunto sofisticado de ações afirmativas das políticas em curso no CFP e em universidades voltadas para a produção de conhecimento que enriqueça nossas análises dos processos de opressão subjetiva e constitua caminhos para a vida viva e em comum.


Referências

- Boring, E. G. (1950). *A History of Experimental Psychology*. Appleton Century Crofts.
- Campos, R. H. F., & Bernardes, L. H. G. (2005). A Revista Psicologia: Ciência e Profissão: um registro da história recente da Psicologia brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 508-525. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000400002>
- Comissão Editorial. (2022). Editorial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(spe), 5-5. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264734>

- Gomes, W. B., & Gauer, G. (2010). Considerações sobre a história editorial recente da revista. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(spe), 156-169. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500007>
- Green, C. D., & Feinerer, I. (2015). The Evolution of The American Journal of Psychology 1, 1887-1903: a network investigation. *The American Journal of Psychology*, 128(3), 387-401. <https://doi.org/10.5406/amerjpsyc.128.3.0387>
- Guareschi, N. M. F. (2017). Diversidade na Produção de Conhecimento em Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 847-851. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000042017>
- Guareschi, N. M. de F., Galeano, G. B., & Bicalho, P. P. G. de. (2020). 40 anos: o que a Psicologia tem produzido enquanto ciência e profissão?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e237742. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003237742>
- Herman, E. (1995). *The Romance of American Psychology: political culture in the age of experts*. University of California Press.
- Nicolas, S., Marchal, A., & Isel, F. (2000). La psychologie au XIXème siècle. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 1(2), 57-103. <https://doi.org/10.3917/rhsh.002.0057>
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma Ciência Social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155-164.
- Santos, A. D., & Jacó-Vilela, A. M. (2005). Rádice: passado e futuro. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 26-32. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300004>
- Soares, A. R. (1979). Prólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, (0), 7-8. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931979000100002&lng=pt&tlng=pt.

Francisco Teixeira Portugal

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ. Brasil.
E-mail: francisco.portugal@psicologia.ufrj.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6481-6509>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Av. Pasteur, 250, Pavilhão Nilton Campos, Praia Vermelha. CEP: 22290-902. Rio de Janeiro – RJ. Brasil.

Recebido 12/06/2024

Aceito 13/06/2024

Received 12/06/2024

Approved 13/06/2024

Recibido 12/06/2024

Aceptado 13/06/2024

Como citar: Portugal, F. T. (2024). História da Psicologia e Produção de Conhecimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44 (n.spe1), 1-9. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287518>

How to cite: Portugal, F. T. (2024). History of Psychology and Knowledge Production. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44 (n.spe1), 1-9. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287518>

Cómo citar: Portugal, F. T. (2024). Historia de la Psicología y Producción de Conocimiento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44 (n.spe1), 1-9. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287518>